



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO ACRE

ACÓRDÃO Nº 75

Feito : Processo nº 281/90 - TCE-ACRE

Interessado : Tribunal de Contas do Estado do Acre (EX-OFFÍCIO)

Relator : Conselheiro Marciliano Reis Fleming

Assunto : Inspeção sobre a Execução de Convênio firmado entre a Secretaria de Planejamento e Coordenação e a Secretaria de Educação e Cultura do Estado do Acre.

Convênio firmado entre a Secretaria de Planejamento e Coordenação e a Secretaria de Educação e Cultura, ambas do Estado do Acre.

Procedida a inspeção e manifestando-se o representante do Ministério Público pelo arquivamento, **decide** o Tribunal de Contas aprovar a prestação de contas e, via de consequência, determinar o arquivamento do processo.

Vistos, relatados e discutidos os autos do Processo Nº 281/90, acima indicado, **A C O R D A**, à unanimidade, o Tribunal de Contas do Estado do Acre, aprovar a Prestação de Contas do presente Convênio e, via de consequência, pelo arquivamento do processo, divergente o Conselheiro Isnard Bastos Barbosa Leite, que votou, também, pela remessa de cópia dos Relatórios de fls. 11/14, 262, dos Pareceres de fls. 253/254, 258/259 e da decisão desta Corte, ao Colendo Tribunal de Contas da União (TCU), tudo nos termos do voto do Relator, parte integrante da decisão.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO ACRE

Sala das Sessões do TCE.

Rio Branco-Acre, 25 de abril de 1991

Cons. JOSE EUGENIO DE LEAO BRAGA

Presidente

Cons. MARCELIANO REIS FLEMING

Relator

FERNANDO DE OLIVEIRA CONDE

Procurador-Chefe do MPE

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO ACRE
Este documento foi publicado no DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO N. 5.536 d. 21 / 05 / 91
Secretaria do Plenário



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO ACRE

RELATÓRIO

O Senhor Conselheiro Marciliano Reis Fleming
Relator: "O presente processo é originário da Inspeção determinada pelo CI/GP/Nº 01/90, da Presidência desta Corte de Contas, autorizada em Sessão Ordinária pelo Plenário, em data de 18/10/90, com a finalidade de proceder a verificação do Convênio celebrado entre a Secretaria de Planejamento e Coordenação do Acre e a Secretaria de Educação e Cultura do Acre, incidente sobre o repasse de verba do valor de NCr\$ 160.000,00 (Cento e sessenta mil cruzados novos), que a primeira instituição concedeu à segunda, para fazer face às despesas de melhoria da Rede Física do Ensino de 1º Grau.

As tomadas de contas, em auditoria, foi procedida pelo Técnico Cláudio de Holanda Castro, em cujo relatório apresentado às fls. 11, discorreu sobre algumas irregularidades, evidenciando que do total da despesa efetuada de NCr\$ 159.669,90 (Cento e cinquenta e nove mil, seiscentos e sessenta e nove cruzados novos e noventa centavos), existe um saldo de NCr\$ 331,00 (Trezentos e trinta e um cruzados novos), sem prova do recolhimento do referido valor.

A Auditoria, em parecer emitido pelo economista José da Fonseca Araújo, manifestou-se às fls. 253/254, confirmando, basicamente, o aludido RELATÓRIO TÉCNICO.

O Eminentíssimo Procurador-Chefe do Ministério Público Especial, ouvido às fls. 258/259, concluiu o seu douto parecer, opinando, em síntese, pelo arquivamento do Processo, por não ter detectado irregularidade na aplicação dos recursos.

O Processo veio-me por distribuição, na forma regimental.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO ACRE

FLs. 02

V O T O

O | Senhor Conselheiro Marciliano Reis Fleming,
Relator: "O Processo em julgamento, conforme já visto no Relatório, refere-se ao repasse de verba da ordem de NCr\$ 160.000,00 (Cento e sessenta mil cruzados novos), efetuado pela Secretaria de Planejamento e Coordenação do Acre à Secretaria de Educação e Cultura, também deste Estado, para melhoria da Rede Física do Ensino de 1º Grau.

Em análise às peças documentais que integram os autos, e tendo em conta o relatório técnico, seguido do parecer da Auditoria, ambos unânimes nas assertivas de que da dotação consignada, teria havido um saldo a recolher aos cofres do Tesouro Estadual, por parte da Secretaria de Educação, da ordem de NCr\$ 331,00 (Trezentos e trinta e um cruzados novos). Entretanto, após somas e mais somas das notas fiscais e respectivos empenhos das despesas realizadas pela referida Instituição, não visualisei tal erro de cálculo apontado pelos aludidos Técnicos. No mais, tenho a prestação de contas da Secretaria de Estado de Educação e Cultura do Acre, como apta à aprovação, com pequenas omissões no ordenamento contábil das despesas - modus procedendi -, bem assim outras pertinentes ao cumprimento de prazos para a execução de serviços e/ou entregas de materiais etc; que não induzem a juízo valorativo para imputar-se à administração por dolo ou má-fé, uma vez que os recursos foram devidamente aplicados na manutenção e aperfeiçoamento da Rede Física de Ensino de 1º Grau, consoante se infere do elenco das despesas realizadas, constantes do processo. Portanto, entendo que o recurso foi devidamente aplicado e alcançou o objetivo pretendido.

Assim, pois, discordo, em parte, do Relatório e Parecer Técnicos, quanto à devolução da ínfima quantia supra



posição dos valores de empenho para empenho, sem, contudo, deixar de louvá-los, no que tange à orientação que deve ser levada por esta Corte de Contas aos futuros administradores e ordenadores de despesas públicas, visando, assim, um melhor aperfeiçoamento do Quadro Contábil das Instituições, pois estas têm o sagrado dever de velar pela correta e fiel aplicação do dinheiro e demais valores pertencentes ao patrimônio público, na forma recomendada pela Lei 4320/64 e normas específicas.

Em razão do exposto, incorporo o parecer do eminente Procurador-Chefe do Ministério Público Especial ao meu voto, por seus legítimos fundamentos, e sou pela aprovação da presente Prestação de Contas e, via de consequência, pelo arquivamento do Processo".

DECISÃO

Conforme consta da papeleta de julgamento de fl. 267, a decisão é a seguinte:

"Decidiu-se nos termos do voto do Conselheiro Relator, pela aprovação e arquivamento do presente feito. Unânime. Divergente o Conselheiro Isnard Bastos Barbosa Leite, que votou com o Relator e pela remessa de cópia dos Relatórios de fls. 11/14, 262, dos Pareceres de fls. 253/254, 258/259 e da decisão desta Corte, ao Tribunal de Contas da União (TCU)".

Presidiu a sessão o Conselheiro José Eugênio de Leão Braga. Participaram do julgamento, além do Relator, os Conselheiros Alcides Dutra de Lima, Helio Saraiva de Freitas, Isnard Bastos Barbosa Leite, José Augusto Araujo de Faria e Valmir Gomes Ribeiro. Presente o Desembargador Fernando de Oliveira Conde, Procurador-Chefe do M.P.E.